PLANO DE CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO – SUBSEQUENTE

I – REQUERIMENTO

Elaborado pelo estabelecimento de ensino para o (a) Secretário (a) de Estado da Educação.

II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Indicação do nome do estabelecimento de ensino, de acordo com a vida legal do estabelecimento (VLE).

III - PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

IV – JUSTIFICATIVA

O plano ora apresentado tem como eixo orientador a perspectiva da formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo, que atende a necessária articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia através de uma organização curricular em que os seus componentes integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica.

O Curso Técnico em Agronegócio visa proporcionar ao aluno uma perspectiva de totalidade, onde os conteúdos das disciplinas são contextualizados, tendo em vista a integração entre conhecimento e cultura no mundo do trabalho. Isto requer a ressignificação dos conhecimentos com base nos fundamentos científicos e tecnológicos, evitando sua compartimentalização no seu processo de construção.

A proposta do trabalho pedagógico visa oferecer um conjunto de saberes e experiências onde os conteúdos não têm fins em si mesmos porque se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e

social, pelo homem, em articulação com as atividades práticas possibilitando aos estudantes a compreensão da realidade para além de sua aparência.

O Agronegócio é entendido como a cadeia produtiva que envolve, desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação, até o consumo. Esta cadeia abrange, ainda, todos os serviços de apoio, tais como: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final (MAPA, 2008).

O Brasil é um país com vocação natural para o agronegócio devido às suas características e diversidades, principalmente encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade. O Agronegócio é um setor relevante para o país por ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e para aumentar as exportações de produtos do agronegócio, em especial, os ligados aos alimentos (in natura e processados). Neste cenário, faz-se necessário que sejam formados profissionais para atuar neste segmento, com compreensão das interfaces existentes entre os diversos elos que constituem as cadeias produtivas, com visão ética e empreendedora voltada para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida do meio rural.

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO DEVERÁ JUSTIFICAR O PORQUÊ DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

V– OBJETIVOS

a) Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos, de desenvolvimento do sistema social mais amplo.
b) Desenvolver o autoconhecimento, para melhorar a adaptação sócio educacional e inserir o estudante no mundo do trabalho para uma

vida profissional produtiva.

c) Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no setor administrativo rural.
d) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual estão inseridos.
e) Oferecer aos alunos egressos do ensino médio a possibilidade de acesso à Educação Profissional para atuação na área do agronegócio.
f) Colaborar com o desenvolvimento econômico e sustentável de nosso Estado por meio da pesquisa científica e de projetos inovadores que venham a alavancar nossos produtos no cenário nacional e internacional.

VI – DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Agronegócio
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Forma: Subsequente
Carga horária total do curso: 1.200 horas
Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s) Manhã /Tarde/ Noite
Regime de matrícula: Semestral.
Número de vagas: mínimo de 35 alunos por turma
Período de integralização do curso: Mínimo 03 (três) semestres letivos e máximo de 06 (seis) semestres letivos
Requisitos de acesso: Ensino Médio
Modalidade de oferta: Presencial

VII - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Técnico em Agronegócio promove a gestão do negócio agrícola. Coordena operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados. Coordena as inter-relações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas. Planeja, organiza, dirige e controla as atividades de gestão do negócio rural. Promove ações integradas de gestão agrícola e de comercialização. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Executa ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas. Programa ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços. Capta e aplica linhas de crédito compatíveis com a produção. Implanta e gerencia o turismo rural.

VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO:

a. Descrição de cada disciplina contendo Ementa

1. ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL

Carga horária: 128 horas

Ementa: Introdução às noções básicas de Economia Rural. Estudo dos fatores micro e macroeconômicos. Definição de Administração Rural. Introdução à Administração Financeira e ao Capital de Giro. Compreensão de Capitais e Custos. Sustentabilidade econômica da propriedade/empresa. Análise de Resultados Econômicos para tomada de decisões empresariais e de mercado.

Definição de Controle. Noções de Contabilidade. Investigação sobre aplicação do Fluxo de Caixa.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Noções Básicas de Economia	1.1 Conceitos de Microeconomia e Macroeconomia 1.2 Economia Rural 1.3 Recursos Econômicos
2. Administração Rural	2.1 Conceitos e Objetivos 2.2 Unidades de Produção 2.3 Classificação dos Imóveis Rurais 2.4 Classificação da empresa rural
3. Administração Financeira e do Capital de Giro	3.1 Administração Financeira nas empresas 3.2 Recursos de Curto Prazo 3.3 Administração de Disponibilidades 3.4 Decisão sobre compra à Vista ou compra a Prazo 3.5 Administração de Contas a Receber 3.6 Capital de Giro
4. Capitais e Custos	4.1 Classificação do Capital da empresa agrícola 4.2 A terra como fator de produção 4.3 Capital como fator de produção 4.4 Custos de Produção 4.5 Classificação dos Custos 4.6 Custos fixos e Variáveis
5. Medidas dos Resultados Econômicos	5.1 Registros agrícolas 5.2 Rendas Brutas e Renda Líquida 5.3 Análise e discussão dos Resultados
6. Controle	6.1 Níveis de Controle
7. Contabilidade	7.1 Contabilidade Simplificada 7.2 Registros de Despesas 7.3 Registros de Investimento 7.4 Registros do exercício 7.5 Contas de Lucros ou perdas
8. Fluxo de Caixa	8.1 Métodos de entradas e saídas

BIBLIOGRAFIA

CASTIGLIONI, José Antônio de Matos. **Assistente de Contabilidade** – Guia Prático. 1ª ed. Ed. Érica. 2012

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

LACERDA, A. C. de *et al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

PINHO, D. B. & VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

LOBO, Renato Nogueirol; SILVA, Damião Limeira da. **Planejamento e Controle da Produção**. 1ª ed. Ed. Érica. 2012

MARIO, José Carlos & Segatti, Sonia. **Contabilidade da Pecuária**, 10º ed. Ed. Atlas, 2013.

MENDES,Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica** 1ª ed. Ed. Pearson Education. 2007

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W. & JORDAN, B. D. **Administração Financeira: Corporate Finance**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

SANTOS, GILBERTOJ. **Administração de custos na Agropecuária**. 4ª ed. Ed. Atlas. 2009

2. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Carga horária: 96 horas

Ementa: Estudo dos movimentos associativos e cooperativos. Definição e descrição das Organizações Representativas do Setor com seus objetivos e funções. Conceito e princípios de cooperativismo. Identificação e constituição dos tipos de cooperativismo no meio rural.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Associativismo e Cooperativismo	1.1 Origem; 1.2 Conceitos. 1.3 Associativismo no Meio Rural; 1.4 Princípios do Associativismo; 1.5 Características do Associativismo; 1.6 Órgãos governamentais.

2 Organizações Representativas do Setor	2.1 Associativismos Formal e Informal; 2.2 Objetivos de Associação; 2.3 Estatuto da Associação.
3 Cooperativismo no meio rural	3.1 Origem; 3.2 Conceitos. 3.3 Cooperativismo no Meio Rural; 3.4 Princípios do Cooperativismo; 3.5 Órgãos governamentais e suas ações.
4 Tipos de Cooperativas	4.1 Cooperativas Formal e Informal; 4.2 Objetivos de Cooperativa; 4.3 Legislações de Cooperativa.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo:** como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. São Paulo: Inter ciência, 2004

CARTILHA DO SEBRAE – **Entendo o Associativismo**, 2005

COSTA, ERICO S. **Cooperativismo.** 1ª ed. Ed. LT. 2013

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das Cooperativas:** uma abordagem prática. 6ª ed. Ed. Atlas. 2012

3. EMPREENDEDORISMO

Carga horária: 96 horas

Ementa: Interface entre Empreendedorismo e Empreendedor. Construção de um plano de negócios. Análise do mercado regional. Aprofundamento dos conhecimentos sobre estruturas, etapas, escalas e tamanho. Levantamento de orçamento e fontes de investimento. Análise e interpretação de registro de resultados.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO – SUBSEQUENTE

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Empreendedorismo X Empreendedor	1.1 Conceitos básicos 1.2 Entender o perfil 1.3 Características do perfil empreendedor
2 Plano de negócios	2.1 Sumário Executivo 2.2 Aspectos estratégicos 2.3 Aspectos gerenciais 2.4 Aspectos operacionais
3 Mercado regional	3.1 Pesquisa Mercadológica 3.2 Escolha de atividade produtivas
4 Estrutura, etapas, escalas e tamanho	4.1 Estrutura e tamanho do negócio 4.2 Estratégias de Planejamento 4.3 Estrutura Organizacional do Negócio
5 Orçamento e fontes de investimento	5.1 Negócios com pouco investimento 5.2 Fluxo de Caixa 5.3 Ciclo de Vendas
6 Análise e Registro de resultados	6.1 Focos x diversificação 6.2 Agilidade x controle 6.3 Rentabilidade e Lucratividade

BIBLIOGRAFIA

CECCONELLO, A. R.; AJZENTAL, A. **Competência Empreendedora**. São Paulo: Ed. Saraiva. 2008.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Ed. Saraiva. 2008.

JUNIOR, SILVESTRE L.;GAUTHIER,ALVARO OSTUNI. **Empreendedorismo.** 1ª ed. Ed. LT. 2009.

LAPOLLI, E. M.; ROSA, S. B.; FRANZONI, A. M. B. **Competência Empreendedora**. São Paulo: Ed. Pandion. 2009.

LAPOLLI, E. M.; ROSA, S. B. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Ed. Pandion. 2009.

TAJRA, Sanmya; FEITOSA. **Empreendedorismo** – Conceitos e práticas inovadoras .1ª ed. Ed. Érica.2014.

4. ESTATÍSTICA APLICADA AO AGRONEGÓCIO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Introdução à estatística: tipos de dados, população e amostra. Compreensão de Estatística Descritiva. Estudo de Amostragem. Busca de compreensão do que é Probabilidade e Estimação. Análise de Inferência Estatística. Demonstração de Teste de Hipótese e Teste de Qui-quadrado. Análise e compreensão de Correlação e Regressão.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Introdução a Estatística	1.1 Conceito; 1.2 Tipos de dados; 1.3 População e amostra; 1.4 Distribuição de frequência; 1.5 Rol.
2 Estatística Descritiva	2.1 Coleta; 2.2 Tabelas; 2.3 Organização e apresentação de dados; 2.4 Gráficos Estatísticos; 2.5 Tipos de gráficos.
3 Amostragem	3.1 Probabilísticas *e não Probabilísticas.*
4 Probabilidade	4.1 Introdução; 4.2 Conceito; 4.3 Distribuições discreta e contínua.
5 Estimação	5.1 Estimativas e tamanhos amostrais.
6 Inferência Estatística	6.1 Introdução; 6.2 População e Amostra; 6.3 Problemas de inferência; 6.4 Como selecionar uma amostra; 6.5 Amostragem aleatória simples; 6.6 Estimação, intervalo de confiança.
7 Teste de Hipótese	7.1 Introdução; 7.2 Procedimento Geral do Teste de Hipóteses; 7.3 Passos para construção de um teste de Hipóteses.

8 Teste de Qui-quadrado	8.1 Introdução; 8.2 Teste de Independência; 8.3 Teste de Ajustamento; 8.4 Cálculo do x^2 (qui-quadrado)
9 Correlação	9.1 Introdução: relação funcional e relação estatística; 9.2 Diagrama de dispersão; 9.3 Correlação linear; 9.4 Coeficiente de correlação.
10 Regressão	10.1Ajustamento da reta; 10.2Interpolação e extrapolação

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON et al. **Estatística Aplicada à Administração e Economia.** 2a ed. São Paulo: Cengage Learning. 2007

BRUNI, ADRIANO LEAL. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 4ª ed. Ed. Atlas.2013

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** 19ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Cengage Learning. 2006

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 3ª ed – 6 reimpr. - São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

ORETTIN, P. A. & BUSSAB, W. O. **Estatística Básica.** 6ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

5. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária: 32 horas

Ementa: Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Trabalho humano	1.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade; 1.2 Trabalho nas diferentes sociedades; 1.3 Transformações no mundo do trabalho; 1.4 Homem, Trabalho e Meio Ambiente; 1.5 Processo de alienação do trabalho em Marx; 1.6 Emprego, desemprego e subemprego.
2 Mundo do trabalho	2.1 Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho; 2.2 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho; 2.3 Qualificação do trabalho e do trabalhador.
3 Inclusão no trabalho	3.1 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho; 3.2 Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidade.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Ed. Bomtempo Editorial, 2005.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas:** introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. (Trad. Stephania Matousek) Petrópolis: Ed. Vozes. 2013

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

GENRO, Tarso. **O Futuro por armar:** democracia e socialismo na era globalitária: Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In. Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

JAMESON. Fredric. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as** novas relações entre educação e trabalho. In; Dermeval Saviani; José Liiz Sanfelice; José Claudinei Lombardi. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. , p. 77-96.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil 2000**: nova divisão do trabalho na educação. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e educação**. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

6. GERENCIAMENTO DE ESTOQUES

Carga horária: 64 horas

Ementa: Introdução ao conceito de Gerenciamento de Estoques Fundamentação de Previsão para os Estoques. Análise de Custos de Estoques. Elaboração de Controle de Estoques. Detalhamento de Níveis de Estoques. Estudo de Movimentação de Estoques (métodos UEPS e método PEPS). Classificação ABC. Investigação sobre Sistemas de Controle de Estoques. Desenvolvimento de Layout de Estoques. Caracterização e compreensão dos processos de controle de materiais. Detalhamento de Dimensionamento. Orientações sobre Armazenagem de Materiais. Estudo sobre Equipamentos de Movimentação de Materiais.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO – SUBSEQUENTE

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Gerenciamento de Estoques	1.1 Conceito de Gerenciamento de Estoques; 1.2 Organização na Empresa. 1.3 Objetivos de estoques; 1.4 Funções; 1.5 Políticas de estoques; 1.6 Princípios e controle de estoques.
2 Previsão para os Estoques	2.1 Introdução; 2.2 Método do último período; 2.3 Método da média móvel; 2.4 Método da média móvel ponderada.
3 Custos de Estoques	3.1 Introdução; 3.2 Custo de armazenagem (I); 3.3 Custo de Pedido (B).
4 Níveis de Estoques	4.1 Curva dente de Serra; 4.2 Tempo de reposição: ponto de pedido; 4.3 Estoque mínimo.
5 Classificação ABC	5.1 Conceituação; 5.2 Planejamento; 5.3 Aplicação e montagem; 5.4 Diferenciação das curvas e comentários.
6 Sistemas de Controle de Estoques	6.1 Introdução; 6.2 Sistema duas gavetas; 6.3 Sistema dos máximos – mínimos; 6.4 Sistema das revisões periódicas.
7 Layout de Estoques	7.1 Introdução.
8 Armazenagem de Materiais	8.1 Importância da armazenagem; 8.2 Critérios para a armazenagem; 8.3 Meios de Armazenar; 8.4 Equipamentos para manuseio.
9 Equipamentos de Movimentação de Materiais	9.1 Introdução.
10 Movimentação de Estoques (métodos UEPS e método PEPS)	10.1 Introdução; 10.2 Custo médio; 10.3 Métodos PEPS (FIFO); 10.4 Métodos UEPS (LIPO); 10.5 Custo de reposição.

BIBLIOGRAFIA

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais**. 1ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística. Empresarial**; 5ª Ed.; tradução Raul Rubenich; Porto Alegre; Ed. Bookman; 2006.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

BOWERSOX, D. J. **Logística Empresarial**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

CONSOLI, Matheus Alberto. **Agrodistribuidor: O futuro das distribuições de insumos no Brasil.**1ª ed. Ed. Atlas, 2011

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica** 1ª ed. Ed. Pearson Education. 2007

VIANA, João José. **Administração de Materiais** – um enfoque prático. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

7. GESTÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

Carga horária: 144 horas

Ementa: Introdução ao conhecimento de técnicas de gestão e comercialização agroindustrial. Pesquisa e classificação dos estabelecimentos agroindustriais. Análise do cenário, tendências e conjuntura do mercado do agronegócio. Estudo das cadeias produtivas. Caracterização dos sistemas e processos agroindustriais. Estudo sobre as normativas para a implantação de uma agroindústria.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Técnicas de gestão e comercialização	1.1 Conceitos de organização diretiva agroindustrial 1.2 Natureza e desafios da administração: conceitos básicos de administração e organização 1.3 Perfil gerencial 1.4 Liderança: conceitos e tipos 1.5 Gestão empresarial e de pessoal

2 Estabelecimentos agroindustriais	2.1 Classificação dos estabelecimentos de origem vegetal 2.2 Classificação dos estabelecimentos de origem animal
3 Tendências, cenário e análise conjuntural	3.1 Histórico da agricultura e do agronegócio, conceitos e dimensões do agronegócio. 3.2 Mercado nacional e internacional
4 Cadeias produtivas	4.1 Produtos Agrícola e mercados no agronegócios 4.2 Planejamento e gestão ambiental do agronegócios
5 Sistemas e Processos	5.1 Sistemas agroindustriais de carne e derivados 5.2 Processos agroindustriais: 5.2.1 de leite e derivados 5.2.2 de produtos agrícolas e derivados
6 Planejamento de agroindústrias	6.1 Normativas : 6.1.1 de infraestrutura para a implantação de uma agroindústria 6.1.2 gerais e especificas para implantação de uma agroindústria (higiênico-sanitárias)

BIBLIOGRAFIA

BARROS, G. S. de C.; GALAN, V. B.; GUIMARÃES, V. D. A.; BACCHI, M. R. P. **Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil**. Livraria Virtual da EMBRAPA, 2008.

BATALHA, M. O. **Gestão da Produção Agroindustrial**. V. 01, São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

CAIXETA-FILHO, J. V.; GAMEIRO, A. H.. **Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

NASCIMENTO NETO, F. **Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar**. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Brasília: Embrapa, 2006.

TEIXEIRA, Tarcisio M.FRANZIN Narciso Américo. **Ferramentas para Gestão do Agronegócio**.1ª ed. Ed. LT.2013

VIEIRA, P. R. C. **Gestão Agroindustrial**. Recife: Editora EDUFRPE, 2012.

ZILBERSZTAJN, D. & NEVES, M. F. **Economia e Gestão Dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Ed. Thomson, 2005.

8. GESTÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Carga horária: 112 horas

Ementa: Estudo das cadeias produtivas e das espécies animais de interesse mercadológico. Detalhamento da criação e comercialização da espécie animal. Análise das variantes para maior produtividade. Investigação da situação atual. Pesquisa das possibilidades e tendências de mercados e demanda futura.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Cadeia produtiva animal	Definição da espécie animal a ser estudada Comparação das diversas espécies de animais criadas (criação e comercialização)
2 Criação da espécie animal	2.1 Metodologia utilizada para a criação animal 2.2 Tecnologias e desenvolvimento 2.3 Gestão e manejo dos diferentes tipos de criação animal 2.4 Principais espécies destinadas à exploração comercial
3 Variantes para maior produtividade	3.1 Estratégias de produção 3.2 Estratégias de crescimento da produção
4 Possibilidades de mercados com demanda futura para escoamento da produtividade	4.1 Tendências, Cenários e Análise Conjuntural 4.2 Mercado consumidor: Nacional e Internacional

BIBLIOGRAFIA

Associação Paranaense de Criadores de Ovinos – OVINOPAR. **Avicultura,** Jackelline Cristina Ost Lopes. Floriano, Pi: Edufpi; Ufrn, 2011.

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, **Cadeia Produtiva da Carne Bovina.** V.8. Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

CARVALHO, M. & MARTINS, P. do C. **A Cadeia Produtiva do Leite em 40 Capítulos**. Embrapa Gado de Leite. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005.

MINISTÉRIO DA PESCA E DA AGRICULTURA – MPA, 2012.

SEBRAE**. Curso Piscicultura Básica.** TERESINA: SEBRAE, 2010.

9. GESTÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Carga horária: 144 horas

Ementa: Estudo dos conceitos de agronegócio e agricultura. Compreensão das cadeias produtivas das principais culturas agrícolas. Investigação sobre: tendências, cenários e análise conjuntural dos mercados nacional e internacional. Análise da gestão da Produção Agrícola. Levantamento das tecnologias utilizadas nas principais cadeias produtivas. Análise e reflexão sobre a comercialização das cadeias produtivas

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Conceitos de Agronegócio e Agricultura	1.1 Conceito 1.1.1 Agricultura 1.1.2Commodities 1.2 Visão e conceito de agronegócio
2. Cadeias produtivas	2.1 Conceito; 2.2 Principais cadeias produtivas do Brasil e do Paraná.
3. Tendências, cenários e analise conjuntural dos mercados Nacional e Internacional	3.1 Cadeias produtivas: 3.1.1Panorama mundial 3.1.2Panorama brasileiro 3.1.3Panorama paranaense

4. Gestão da Produção Agrícola das cadeias produtivas	4.1 Ciclos vegetativos das principais cadeias; 4.2 Atividades agrícolas das principais cadeias; 4.3 Manejo e práticas culturais; 4.4 Variáveis a serem consideradas no planejamento de safras e atividades; 4.5 Estratégias de crescimento da produção; 4.6 Sustentabilidade da propriedade.
5. Tecnologias nas cadeias produtivas	5.1 Tecnologia de: 5.1.1 produção de sementes; 5.1.2 produção de mudas 5.1.3 aplicação dos produtos fitossanitários
6. Comercialização das cadeias produtivas	6.1 Análise competitiva das cadeias produtivas; 6.2 Análise de preço de mercado dos produtos; 6.3 Processamento e beneficiamento dos produtos, comercialização, custos e rentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, M. **Fundamentos de Agronegócio.** Ed. Atlas .S.A, 2007.

BREINTENBACH, Raquel e SILVA, A.**O debate agricultura familiar x agronegócio: as jaulas ideológicas prendendo conceitos.** Revista Extensão Rural, vol. 20, 2013.

CLAUDINO, E.S. **Análise do ciclo de vida aplicada ao agronegócio:** uma revisão de literatura**.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol 17, 2012.

CRUZ, Jose Carlos et all. **A cultura do milho.** EMBRAPA Milho e Sorgo,2008.

GOMES, Raimundo P. **Fruticultura Brasileira**. 13ª Ed. São Paulo: Ed. Nobel. 2006.

KELLER, Paulo F. **Clusters, distritos e cooperação interfirmas:** uma revisão da literatura. Revista Economia & Gestão, 2008.

MASSILON, J. Araújo. **Fundamentos do Agronegócio**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

MAZIA, J.O.;PELISER,O.; CLEMENTIN, R.A. **Cultivo do Maracujá:** sistema de produção para o Paraná. Instituto Emater. 2007. RAMOS, J.D.

MENDES, Judas T. Grassi. **Agronegócio:** uma abordagem econômica. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, Marcos F. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

SHIOGA,Sentaro,Pedro e outros. **Avaliação estadual de cultivares de milho** segunda safra 2016. Londrina: IAPAR, 2016.52 p. il. (IAPAR. Boletim técnico, 88)

VIEIRA, Edson H. N. **Sementes de feijão**: produção e tecnologia. EMBRAPA, Arroz e feijão, 2000.

ZILBERSZTAJN, D. & NEVES, M.F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.** São Paulo: Ed. Thompson, 2005.

10. LEGISLAÇÃO APLICADA AO AGRONEGÓCIO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Noções de direito agrário. Fundamentação e abordagem dos antecedentes históricos. Discussão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Explicitação da Legislação Ambiental. Estudo sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Definição de Zoneamento Ambiental. Caracterização de dano ecológico. Compreensão do Movimento da Reforma Agrária. Pesquisa de dados sobre colonização oficial. Estudo dos aspectos jurídicos da empresa. Investigação sobre os direitos do trabalhador rural. Análise da legislação aplicada à Agroindústria.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Direito agrário	1.1 Constituição Federal e o Meio Ambiente; 1.2 Dispositivos constitucionais – Agronegócio; 1.3 Produtores rurais; 1.4 Fornecedores de insumos, processamento, distribuição e comercialização; 1.5 Conceito de Direito agrário; 1.6 Natureza Jurídica; 1.7 Características; 1.8 Fontes, princípios, função social da Propriedade, Justiça social; 1.9 Prevalência do Interesse Coletivo sobre o Particular, Hierarquia das leis brasileiras; 1.10Reformulação sobre a estrutura fundiária; 1.11Progresso econômico e social; 1.12Autonomia.

2 Antecedentes Históricos	2.1 Surgimento; 2.2 Denominação; 2.3 Conceito; 2.4 Relação com outros ramos do Direito e com outras ciências; 2.5 Codificação do Direito Agrário.
3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	3.1 Conceito; 3.2 Fato gerador do ITR; 3.3 Base de cálculo.
4 Legislação Ambiental	4.1 Aspectos gerais, princípios, Política Nacional, Licenciamento e sistema Nacional de unidade de conservação (SNUC); 4.2 Leis: Lei 10.256/2001; Lei 10.993/2004; Lei 8.212/91; Lei 6.938/81; Lei 9.433/97; Lei 2.666/55; Lei 5.709/71; Lei 8.929/94; Lei 9.514/97; Lei 9.973/2000, Lei 10.406/2002; Lei 11.033/2004; Lei 11.076/2004 art. 3° entre outras... 4.3 Estudo de caso.
5 Sistema Nacional de Meio Ambiente	5.1 Função da Lei nº 6.938/81 nos Estados e Municípios.
6 Zoneamento Ambiental	6.1 Zoneamento 6.1.1 Conceito e finalidades 6.1.2 Objetivos 6.1.3 Origem e órgão executor
7 Dano ecológico	7.1 Responsabilidades, reparação e meios processuais para defesa ambiental. 7.1 Análises da proteção do meio ambiente sob enfoque constitucional; 7.2 Áreas de preservação permanente, da flora, da fauna e da proteção da zona costeira.
8 Reforma Agrária	8.1 História da propriedade no Brasil; 8.2 Formação da propriedade rural; 8.3 Caudilhismo rural, terras devolutas, agricultura e sua importância; 8.4 Processo discriminatório, conceito de reforma agrária, terras passíveis de reforma agrária, procedimento de desapropriação; 8.5 Distribuição das terras desapropriadas; 8.6 Atual situação fundiária do País; 8.7 Reforma agrária como questão econômica e social.

9 Colonização oficial	9.1 Conceito; 9.2 Tipos de colonização; 9.3 Planejamento técnico da colonização; 9.4 Regras obrigatórias na colonização particular; 9.5 Projeto de colonização e suas formalidades; 9.6 Usucapião das terras públicas, (CF, art. 191, parágrafo único); 9.7 Desapropriação de interesse social.
10 Aspectos jurídicos da empresa	10.1Empresa rural: família, espécie de família, família no sentido econômico; 10.2 Empresário, propriedade da empresa; 10.3A empresa Agrária; 10.4Registro no INCRA; 10.5Empresa pública, classificação do imóvel rural como propriedade familiar; 10.6Pequena empresa rural.
11 Direitos do trabalhador rural	11.1Histórico e conceito de trabalhador rural e empregador rural; 11.2Direitos do trabalhador rural, diferenças entre trabalhador rural e urbano; 11.3Trabalhadores rurais excluídos da Lei 5.889/73.
12 Legislação aplicada a Agroindústria	12.1Implantação de Agroindústria beneficiadoras de alimentos de origem animal. 12.2Contratos: Arrendamento, Parceria, Empreitada ou Locação de serviços, Comodato.

BIBLIOGRAFIA

ANCELES, P. E. dos S. **Manual de Tributos da Atividade Rural**. São Paulo: Atlas, 2002.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. Porto Alegre 9. ed. rev. atual: Livraria do Advogado Editora, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

EQUIPE ATLAS. **Manuais de Legislação. Estatuto da Terra e Legislação Agrária**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GOYS Jr., D. N.; SOUZA, A.B.; BRATZ, E. **Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional**. São Paulo: Observador Legal, 2007.

MARQUES, B. F. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

OPITZ, Silvia C. B.; Oswaldo Opitz. **Curso completo de Direito Agrário – 9. ed. rev. e atual**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

RANGEL, I. **Questão Agrária, Crise Urbana e Industrialização no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REZEK, E. K. **Imóvel Agrário: Agrariedade, Ruralidade e Rusticidade.** Curitiba: Juruá, 2007. ZIBETTI, D. W. **Seguro Agrícola e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Ed.Juruá, 2006.

11. LOGÍSTICA, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO

Carga horária: 32 horas

Ementa: Conhecimento da Natureza do Gerenciamento da distribuição física. Compreensão da importância de sistemas de transporte na Economia. Estudo do processo de armazenamento, transporte e distribuição de produtos.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Natureza do Gerenciamento da distribuição Física	1.1 Distribuição física e outras áreas funcionais; 1.2 Propriedade dos canais de distribuição; 1.3 Centros de distribuição; 1.4 Estrutura da distribuição física; 1.5 Incremento das funções de distribuição física e redução dos custos; 1.6 Construção de sistema de gestão da distribuição física.
Natureza do Gerenciamento da distribuição Física	1.7 Requisitos para a previsão da demanda; 1.8 Classificação e métodos de previsão de demanda.

2 Importância de Sistemas de transporte na Economia	2.1 Escopo de sistema de transporte; 2.2 Características dos transportes; 2.3 Papel do Transporte na estratégia logística; 2.4 Vantagens competitivas e estratégicas no uso de operadores logísticos; 2.5 Elementos de transporte intermodal; 2.6 Organização de distribuição; 2.7 Custo da distribuição; 2.8 Minimização dos custos de transportes; 2.9 Modelo para cálculo de rotas; 2.10 Teoria das filas aplicadas à distribuição física; 2.11 Gestão estratégica do transporte (modais).

BIBLIOGRAFIA

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos / logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2006.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial: Transportes, Administração de Materiais e distribuição física.** São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

CAIXETA FILHO, J. V. & GAMEIRO, A. H. **Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

CAIXETA FILHO, J. V. & MARTINS, R. S. **Gestão logística e transporte de cargas**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

12. MARKETING APLICADO AO AGRONEGÓCIO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Interpretação dos conceitos de marketing. Análise do comportamento do consumidor para os processos de decisão de compra. Estudo do composto de marketing e suas variações. Aplicação das estratégias de comunicação. Estudo das abordagens de mercado. Aplicação das técnicas de análises e potencial de mercado no agronegócio.

CONTEÚDO(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO – SUBSEQUENTE

ESTRUTURANTE(S)	
1 Conceito de Marketing	1.1 Principais conceituações de Marketing; 1.2 Evolução do Marketing; 1.3 Aplicabilidade e Orientação do Marketing.
2 Comportamento do Consumidor	2.1 Teoria das necessidades e desejos; 2.2 Modelos de comportamento do consumidor; 2.3 Tipos de comportamento de compra; 2.4 Processo de decisão.
3. Composto de Marketing	3.1 Conceito dos 4 P's do Marketing; 3.2 Produto x Serviços; 3.3 Preço; 3.4 Canais de distribuição; 3.5 Promoção.
4. Estratégia de Comunicação	4.1 Mix de Comunicação; 4.2 Branding, gestão da marca; 4.3 Propaganda x publicidade; 4.4 Promoção de vendas; 4.5 Marketing Direto; 4.6 Merchandising.
5. Abordagem de Mercado	5.1 Definição de Mercado; 5.2 Oferta x Demanda; 5.3 Identificação de Mercados; 5.4 Segmentação e Nichos; 5.5 Varejo e Atacado.
6. Análise de Mercado	6.1 Sistema de informação de Marketing; 6.2 Análise comparativa de mercados potenciais; 6.3 Análise SWOT; 6.4 Planejamento de inserção em mercados.
7. Estratégia de Posicionamento	7.1 Mercado do agronegócio; 7.2 Panorama do potencial produtivo; 7.3 Marketing Verde; 7.4 Commodities; 7.5 Marca Brasil. 7.6 Novo Marketing Rural; 7.7 Marketing por porteiras; 7.8 Sustentabilidade no agronegócio; 7.9 Competitividade e prática no agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

BEDENDO, Marcos. **Branding para empreendedores**. São Paulo, 2015.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 9 ed. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2003.

NEVES, Marcos Fava; SCARE, Roberto Fava (Org.). **Marketing & Exportação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

TEJON, José Luiz; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agronegócio**. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2009.

13. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Carga horária: 32 horas

Ementa: Estudo da Ciência. Estudo dos diferentes tipos de conhecimento. Orientação para estudo, leitura, análise e interpretação de textos no Agronegócio. Comparação entre as modalidades de trabalhos acadêmicos. Explicitação e aplicação da normalização técnica na elaboração de trabalhos acadêmicos.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Estudo, leitura, análise e interpretação de textos	1.1 Processo de leitura; 1.2 Técnicas de leitura; 1.3 Redação e linguagem.
2. Modalidades de trabalhos acadêmicos	2.1 Resumo; 2.2 Resenha; 2.3 Relatórios; 2.4 Projetos.
4. Normalização técnica	3.1 Estrutura do trabalho; 3.2 Aspectos normativos e tipográficos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 6.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Ed.Prentice Hall, 2002.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 26. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª ed. Ed. Atlas, 5ª impr, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 5. ed. rev. e ampl. São Paulo:Ed. Atlas, 2003.

LAROCCA, Priscila; ROSA, Desirée Sales. **Metodologia do Trabalho Acadêmico.** Ponta Grossa. UEPG/NUTEAD, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão.** São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamento, resumo e resenhas.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 3ª ed. Atlas, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

ZANELLA, Liane, Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** UFSC: Brasília, 2009.

14. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Carga horária: 96 horas

Ementa: Estudo dos conceitos de Projeto. Detalhamento do planejamento. Elaboração, organização e etapas de um projeto agropecuário. Detalhamento das Linhas de Crédito Rural. Pesquisa de viabilidade econômica, política ambiental de Projetos.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS

1 Projetos agropecuários	1.1 Projetos: 1.1.1 Conceitos 1.1.2 Elaboração (etapas, concepções e objetivos). 1.1.3 Oportunidades e dificuldades de implantação 1.1.4 Levantamentos de campo 1.1.5 Elaborações 1.1.6 Avaliações
2- Crédito Rural	2.1 Definição de crédito 2.2 Verificação de Linhas de Crédito 2.3 Formas e carência
3- Viabilidade econômica de projeto	3.1 Custos de viabilidade 3.2 Análise econômica/financeira e rentabilidade 3.3 Receita e resultado econômico/financeiro
4- Viabilidade Política e Ambiental de Projetos	4.1 Politicas, programas e projetos de gestão de recursos hídricos e demais recursos naturais 4.2 Princípios de desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental 4.3 Sistemas de prevenção e controle na utilização de agrotóxicos

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBERTO, B .N & IVALDO, G & VALTER, L. de O. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

_____-. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas.** 33ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

SILVA NETO, B & OLIVEIRA, A. de. **Modelagem e Planejamento de Sistemas de Produção Agropecuária.** Ijuí: Unijuí, 2009.

15. TURISMO RURAL

Carga horária: 32 horas

Ementa: Interface entre os conceitos de Turismo: rural e turista. Levantamento das tendências e cenários de turismo rural. Definição de produtos turísticos. Elaboração de projetos turísticos.

CONTEÚDO(S) ESTRUTURANTE(S)	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Conceitos	1.1 Turismo 1.2 Turismo rural (Visão e conceito) 1.3 Turista
2. Tendências e cenários do Turismo	2.1 Turismo rural 2.2 Turismo rural no Paraná 2.3 Tipologia de turismo
3. Produtos turísticos	3.1 Oferta, produção e distribuição dos produtos turísticos 3.2 Qualidade no atendimento ao turista 3.3 Qualidade na prestação de serviços ao turista
4. Projetos turísticos	4.1 Elaboração de programas, roteiros e projetos turísticos 4.2 Aplicação de técnicas, habilidades e informações turísticas

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, J. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo. Ed. Ática, 2000.

BUENO, M.S.DENCKER,A. **Hospitalidade – cenários e oportunidades.** São Paulo, Ed. Pioneira Tjomson learning, 2003.

NEVES, A. R. **Qualidade no atendimento.** Qualitymark, 2006.

SANCHO, Amparo. **Introducao ao turismo. Organização Mundial do Turismo**: São Paulo, Ed. Roca, 2001.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Organização Mundial do Turismo: São Paulo, Ed. Roca, 2001.

TYLER, D.; GUERRIER, Y. ROBERTOSON, M. **Gestao de turismo Municipal: Teoria e Pratica de Planejamento Turistico nos centros urbanos**. São Paulo: Ed. Futura, 2001.

b. Plano de Estágio NÃO OBRIGATÓRIO com Ato de Aprovação do NRE

1 Identificação da Instituição de Ensino:

- Nome do estabelecimento:
- Entidade mantenedora:
- Endereço (rua, n°, bairro):
- Município:
- NRE:

2 Identificação do curso:

- Habilitação:
- Eixo Tecnológico:
- Carga horária total:
- Do curso: _____ horas
- Do estágio: _____ horas

3 Coordenação de Estágio:

- Nome do professor (es):
- Ano letivo:

4 Justificativa

- Concepções (educação profissional, curso, currículo, estágio)
- Inserção do aluno no mundo do trabalho
- Importância do estágio como um dos elementos constituintes de sua formação
- que distingue o estágio das demais disciplinas e outros elementos que justifiquem a realização do estágio

5 Objetivos do Estágio

6 Local (ais) de realização do Estágio

7 Distribuição da Carga Horária (por semestre, período)

8 Atividades do Estágio

9 Atribuições do Estabelecimento de Ensino

10 Atribuições do Coordenador

11 Atribuições do Órgão/Instituição que concede o Estágio

12 Atribuições do Estagiário

13 Forma de acompanhamento do Estágio

14 Avaliação do Estágio

15 Anexos se houver

*O Plano de Estágio das instituições de ensino que ofertam Cursos Técnicos deve ser analisado pelo Núcleo Regional de Educação que emitirá parecer próprio (Ofício Circular n° 047/2004 - DEP/SEED e Instrução nº 028/2010 - SUED/SEED).

c. Descrição das práticas profissionais previstas:

(Descrever as práticas que a escola desenvolve em relação ao curso, tais como: palestras, visitas, seminários, análises de projetos e outros).

d. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR						
Estabelecimento:						
Município:						
Curso: Técnico em Agronegócio			**Implantação Gradativa a partir de:** 2018-1			
			Carga Horária: 1.200 horas			
Forma: SUBSEQUENTE			**Organização:** Semestral			
Turno:			**SEMESTRE**			
		DISCIPLINAS	**1º**	**2º**	**3º**	**Hora**
1	4602	ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL	32	48	48	128
2	2074	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	32	32	32	96
3	2324	EMPREENDEDORISMO	32	32	32	96
4	2083	ESTATÍSTICA APLICADA AO AGRONEGÓCIO		32	32	64
5	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO			32	32
6	2075	GERENCIAMENTO DE ESTOQUES	32	32		64
7	2076	GESTÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL	48	48	48	144
8	2077	GESTÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	48	32	32	112
9	2078	GESTÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	48	48	48	144
10	2084	LEGISLAÇÃO APLICADA AO AGRONEGÓCIO	32	32		64
11	2080	LOGÍSTICA, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO			32	32
12	2081	MARKETING APLICADO AO AGRONEGÓCIO		32	32	64
13	727	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	32			32
14	2082	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS	32	32	32	96
15	858	TURISMO RURAL	32			32
TOTAL			400	400	400	**1200**

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO – SUBSEQUENTE

MATRIZ CURRICULAR						
Estabelecimento:						
Município:						
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			**Implantação Gradativa a partir de:** 2018			
			Carga Horária: 1.200 horas			
Forma: SUBSEQUENTE			**Organização:** Semestral			
Turno:			**SEMESTRE**			
		DISCIPLINAS	1º	2º	3º	**Horas**
1	**4602**	ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL	2	3	3	**128**
2	**2074**	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	2	2	2	**96**
3	**2324**	EMPREENDEDORISMO	2	2	2	**96**
4	**2083**	ESTATÍSTICA APLICADA AO AGRONEGÓCIO		2	2	**64**
5	**3514**	FUNDAMENTOS DO TRABALHO			2	**32**
6	**2075**	GERENCIAMENTO DE ESTOQUES	2	2		**64**
7	**2076**	GESTÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL	3	3	3	**144**
8	**2077**	GESTÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	3	2	2	**112**
9	**2078**	GESTÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	3	3	3	**144**
10	**2084**	LEGISLAÇÃO APLICADA AO AGRONEGÓCIO	2	2		**64**
11	**2080**	LOGÍSTICA, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO			2	**32**
12	**2081**	MARKETING APLICADO AO AGRONEGÓCIO		2	2	**64**
13	**727**	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	2			**32**
14	**2082**	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS	2	2	2	**96**
15	**858**	TURISMO RURAL	2			**32**
TOTAL			**25**	**25**	**25**	**1200**

Orientações Metodológicas

1. INTRODUÇÃO

Tomando como referência as "Diretrizes Curriculares da Educação Profissional para a Rede Pública do Paraná", é importante apresentar os encaminhamentos metodológicos como parte integrante do Plano de curso

Técnico em Agronegócio na forma subsequente, para organização das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Considerando que as ações pedagógicas dos docentes de acordo com as Diretrizes supracitadas objetivam atender as necessidades dos estudantes, tendo em vista o perfil profissional do curso e o compromisso com a formação profissional dos sujeitos pelo desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e da autonomia como também, pela apropriação dos conhecimentos científicos, faz-se necessário assumir a concepção da Educação Profissional e seus princípios:

O trabalho como princípio educativo

O trabalho enquanto categoria ontológica explica que o homem por meio da ação consciente do trabalho é capaz de criar a sua própria existência. E é na relação Homem-Homem e Homem-Natureza, que se situa a compreensão da escola politécnica na Educação Profissional.

A organização curricular da Educação Profissional, considerando a categoria do TRABALHO, agrega como elementos integradores a CIÊNCIA, a CULTURA e a TECNOLOGIA, pois a:

- CIÊNCIA é produção de conhecimentos sistematizados social e historicamente pelo homem.

- CULTURA, o processo dinâmico de criação e representações sociais manifestas pelo homem por meio de símbolos.

- TECNOLOGIA, a construção social que decorre das relações sociais, ou seja, das organizações políticas e econômicas da sociedade. A tecnologia é "mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção) no real". (RAMOS, 2004; 2005 apud BRASIL, 2007, p. 44).

Essas dimensões articuladas devem promover o equilíbrio entre atuar praticamente e trabalhar intelectualmente.

Assim, o tratamento metodológico deve privilegiar a relação entre teoria e a prática e entre a parte e a totalidade, fazendo com que haja integração entre os conteúdos nas dimensões disciplinar e interdisciplinar.

O princípio da integração

A integração é o princípio norteador da práxis pedagógica na Educação Profissional e articula as dimensões disciplinar e interdisciplinar.

Disciplinar significa os campos do conhecimento que podemos reconhecê-los como sendo os conteúdos que estruturam o currículo – conteúdos estruturantes.

As disciplinas, por sua vez, são os pressupostos para a interdisciplinaridade, na medida em que as relações que se estabelecem por meio dos conceitos da relação teoria e prática extrapolam os muros da escola e, permitem ao estudante a compreensão da realidade e dos fenômenos inerentes a ela para além das aparências:

> A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. (RAMOS, 2007)

Assim, os encaminhamentos metodológicos exigem uma organização dos conteúdos que permita aos estudantes se apropriarem dos conceitos fundamentais das disciplinas no contexto da interdisciplinaridade e da integração.

2. ENCAMINHAMENTOS METODÓLOGICOS

Os encaminhamentos metodológicos devem considerar os princípios da integração na perspectiva de garantir uma formação politécnica aos estudantes da Educação Profissional.

A politecnia nesse contexto significa dominar os princípios da ciência e as suas diferentes técnicas, no contexto do processo produtivo – TRABALHO, e não no seu sentido restrito do conjunto de muitas técnicas.

Nesse sentido, a intervenção do professor por meio do ato de ensinar deve ser intencional na medida em que ele se compromete com uma educação de qualidade e uma formação profissional para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar também o papel da escola e, para tanto, o reafirmamos com Libâneo':

> [...] a escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos presentes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade (LIBÂNEO, 1998, p. 9).

Os conteúdos aqui mencionados não são quaisquer conteúdos, trata-se dos "conhecimentos construídos historicamente e que se constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo investigativo e compreensão do real." (RAMOS, 2005, p.107).

Portanto, como encaminhamentos metodológicos indicam-se as proposições apontadas por Marise Ramos:

Problematização dos Fenômenos

Trata-se de usar a metodologia da problematização, no sentido de desafiar os estudantes a refletirem sobre a realidade que os cerca na perspectiva de buscar soluções criativas e originais para os problemas que se apresentam a respeito dessa realidade:

> *Problematizar fenômenos – fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar [...]* ***como ação prática.***

Isso significa:

- Elaborar questões sobre os fenômenos, fatos e situações.
- Responder às questões elaboradas à luz das teorias e conceitos já formulados sobre o (s) objeto (s) estudados – conteúdos de ensino.

Explicitação de Teorias e Conceitos

A partir de uma situação problema indicada para reflexão, análise e solução, deixar claro para os estudantes quais conceitos e quais teorias dão suporte para a apreensão da realidade a ser estudada:

> *Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do(s) objetivo(s) estudados nas diversas perspectivas em que foi problematizada.*

Nesse sentido, é importante:

- Localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais).
- Identificar suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).

Classificação dos Conceitos–Conhecimentos

Os "conhecimentos desenvolvidos na perspectiva da sua utilização pelas pessoas são de formação geral e fundamentam quaisquer conhecimentos específicos desenvolvidos com o objetivo de formar profissionais".

> *Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.*

Nessa dimensão, estarão os conhecimentos que, uma vez apropriados, permitem às pessoas formularem, agirem, decidirem frente a situações próprias de um processo produtivo. Esses conhecimentos correspondem a desdobramentos e aprofundamentos conceituais restritos em suas finalidades e aplicações, bem como as técnicas procedimentais necessárias à ação em situações próprias a essas finalidades.

Organização dos Componentes Curriculares e as Práticas Pedagógicas

As opções pedagógicas implicam em redefinir os processos de ensino, pensando no sujeito que aprende (estudante) de modo a considerar a realidade objetiva (totalidade histórica).

> *Organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando a corresponder, nas escolhas, nas relações e nas realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese das múltiplas determinações.*

São ações pedagógicas no contexto dos processos de ensino:

- Proposições de desafios e problemas.
- Projetos que envolvam os estudantes, no sentido de apresentar ações resolutivas – projetos de intervenção.

> *Organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando a corresponder, nas escolhas, nas relações e nas realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese das*

- Pesquisas e estudos de situações na perspectiva de atuação direta na realidade.

Os pressupostos que dão suporte ao currículo ancorado nos encaminhamentos metodológicos apresentados, de fato, se diferenciam de um currículo que tem como referência a reprodução de atividades na perspectiva do currículo tradicional que cinde com o princípio da integração. (RAMOS, 2005, p.122)

3. REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista brasileira de educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional:** fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: SEED/PR, 2006.

RAMOS, Maris Nogueira. O projeto de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

_____. (org.) **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (org.) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. Concepção do Ensino Médio Integrado, São Paulo, 2007. Disponível em:

< http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf>. Acesso em 20/07/2015.

IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. DA CONCEPÇÃO

Os pressupostos apontados pela legislação indicam uma concepção de avaliação ancorada nos princípios da educação politécnica e ominilateral, que considera o sujeito da aprendizagem um ser histórico e social, capaz de intervir na realidade por meio dos conhecimentos apropriados no seu percurso formativo.

Sendo assim, se a Educação Profissional se pauta no princípio da integração, não se pode e não se deve avaliar os estudantes de forma compartimentalizada. Formação integral significa pensar o sujeito da aprendizagem "por inteiro", por isso avaliação contextualizada na perspectiva da unidade entre o planejamento e a realização do planejado. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem é parte integrante da prática educativa social.

Além do princípio da integração, a avaliação da aprendizagem nessa concepção, ancora-se também nos princípios do TRABALHO, numa perspectiva criadora ao possibilitar o homem trabalhar com o novo, construir, reconstruir, reinventar, combinar, assumir riscos, após avaliar, e, da CULTURA, pois adquire um significado cultural na mediação entre educação e cultura, quando se refere aos valores culturais e à maneira como são aceitos pela sociedade.

> A sociedade não se faz por leis. Faz-se com homens e com ciência. A sociedade nova cria-se por intencionalidade e não pelo somatório de improvisos individuais. E nessa intencionalidade acentua-se a questão: A escola está em crise porque a sociedade está em crise. Para entender a crise da escola, temos que entender a crise da sociedade. E para se entender a crise da sociedade tem-se que entender da sociedade não apenas de rendimento do aluno em sala de aula. Expandem-se, assim, as fronteiras de exigência para os homens, para os professores; caso os mesmos queiram dar objetivos sociais, transformadores à educação, ao ensino, à escola, à avaliação. (NAGEL, 1985, p. 30)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

2 DAS DIMENSÕES

A partir da concepção de avaliação anteriormente apresentada, decorrem as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de transformação, onde as ações dos professores não podem ser inconscientes e irrefletidas, mas transparentes e intencionais. Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da avaliação que atendem esses pressupostos:

a) Diagnóstica

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

> A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

> A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nesse sentido, considerando a principal função da escola que é ensinar e, os estudantes aprenderem o que se ensina, a principal função da avaliação é, nesse contexto, apontar/indicar para o professor as condições de apropriação dos conteúdos em que os estudantes se encontram – diagnóstico.

De acordo com a Deliberação nº 07/99 – CEE/PR:

> Art. 1º. - a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor. § 1º. - a avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem. § 2º. - a avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino. § 3º. - a avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 01)

Dessa forma, o professor, diante do diagnóstico apresentado, terá condições de reorganizar os conteúdos e as suas ações metodológicas, caso os estudantes não estejam aprendendo.

b) Formativa

A dimensão formativa da avaliação se articula com as outras dimensões. Nesse sentido, ela é formativa na medida em que, na perspectiva da concepção integradora de educação, da formação politécnica também integra

os processos de formação ominilateral, pois aponta para um aperfeiçoamento desses processos formativos seja para a vida, seja para o mundo do trabalho. Essa é a essência da avaliação formativa.

Os pressupostos colocados pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, já referenciada, indica uma concepção de educação ancorada no materialismo histórico. Isso significa que a avaliação também agrega essa concepção na medida em que objetiva que a formação dos estudantes incorpore as dimensões éticas e de cidadania. Assim, "o professor da Educação Profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem". (MACHADO, 2008, p. 18).

Nesse caso, a avaliação de caráter formativo permite aos professores a reflexão sobre as suas ações pedagógicas e, nesse processo formativo, replanejá-las e reorganizá-las na perspectiva da inclusão, quando acolhe os estudantes com as suas dificuldades e limitações e aponta os caminhos de superação, em um "ato amoroso" (LUCKESI, 1999, p.168).

c) Somativa

O significado e a proposta da avaliação somativa é o de fazer um balanço do percurso da formação dos estudantes, diferentemente do modelo tradicional de caráter classificatório. O objetivo não é o de mensurar os conhecimentos apropriados, mas avaliar os itinerários formativos, na perspectiva de intervenções pedagógicas para a superação de dificuldades e avanços no processo.

Apesar de a terminologia somativa dar a ideia de "soma das partes", na concepção de avaliação aqui apresentada, significa que, no processo avaliativo o professor deverá considerar as produções dos estudantes realizadas diariamente por meio de instrumentos e estratégias diversificadas e, o mais

importante, manter a integração com os conteúdos trabalhados – critérios de avaliação.

É importante ressaltar que a legislação vigente – Deliberação 07/99-CEE/PR, traz no seu artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, o seguinte:

> Art. 6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa. § 1º – A avaliação deverá obedecer à ordenação e a sequencia do ensino aprendizagem, bem como a orientação do currículo. § 2º – Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomando a sua melhor forma.

O envolvimento dos estudantes no processo de avaliação da sua aprendizagem é fundamental. Nesse sentido, a auto avaliação é um processo muito bem aceito no percurso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Nele, os estudantes refletem sobre suas aprendizagens e têm condições de nelas interferirem.

3 DOS CRITÉRIOS

Critério no sentido restrito da palavra que dizer aquilo que serve de base para a comparação, julgamento ou apreciação. No entanto, no processo de avaliação da aprendizagem significa os princípios que servem de base para avaliar a qualidade do ensino. Assim, os critérios estão estritamente integrados aos conteúdos.

Para cada conteúdo elencado, o professor deve ter a clareza do que efetivamente deve ser trabalhado. Isso exige um planejamento cuja organização contemple todas as atividades, todas as etapas do trabalho docente e dos estudantes, ou seja, em uma decisão conjunta todos os envolvidos com o ato de educar apontem, nesse processo, o que ensinar, para que ensinar e como ensinar.

Portanto, estabelecer critérios articulados aos conteúdos pertinentes às disciplinas é essencial para a definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo ensino e aprendizagem. Logo, estão critérios e instrumentos intimamente ligados e deve expressar no Plano de Trabalho Docente a concepção de avaliação na perspectiva formativa e transformadora.

4 DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos avaliativos são as formas que os professores utilizam no sentido de proporcionar a manifestação dos estudantes quanto a sua aprendizagem. Segundo LUCKESI (1995, p.177, 178,179), devem-se ter alguns cuidados na operacionalização desses instrumentos, quais sejam:

> 1. ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar, de poetizar, de criar estórias, seu modo de entender e de viver, etc.);
> 2. construir os instrumentos de coleta de dados para a avaliação (sejam eles quais forem), com atenção aos seguintes pontos:
> - articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar;
> - cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato "- conteúdos essenciais;
> - compatibilizar as habilidades (motoras, mentais, imaginativas...) do instrumento de avaliação com as habilidades trabalhadas e desenvolvidas na prática do ensino aprendizagem;
> - compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;
> - usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir. Sem confundir a compreensão do educando no instrumento de avaliação;
> - construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos.
> 3. [...] estarmos atentos ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos:
> a) quanto à correção: não fazer espalhafato com cores berrantes;
> b) quanto à devolução dos resultados: o professor deve, pessoalmente, devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os, auxiliando-os a se

> autocompreender em seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento.

5 DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atendimento às Diretrizes para Educação Profissional, definidas pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, no seu artigo 34:

> Art. 34 – A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. (MEC, 2012.)

Diante do exposto, a avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos estudantes e das suas ações pedagógicas, com as finalidades de acompanhar, diagnosticar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes situações metodológicas.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação – 6,0 (seis vírgula zero), conforme a legislação vigente.

Recuperação de Estudos

De acordo com a legislação vigente, o estudante cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

6 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Critérios

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar e ocorrerá nos termos do art. 52 da Deliberação nº 05/13 – CEE/PR, que assim determina:

Art. 52. A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos: I – no Ensino Médio; II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos em nível técnico regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica; IV – em outros cursos de Educação profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional; VI – em outros países. Parágrafo único. A Avaliação, para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

Solicitação e Avaliação

a) O interessado deverá solicitar o aproveitamento de estudos mediante preenchimento de requerimento na Instituição de Ensino em que estiver matriculado, considerando o perfil profissional do respectivo curso técnico de nível médio e a indicação dos cursos realizados, anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

b) A direção da Instituição de Ensino deverá designar uma comissão de professores, do curso técnico, para análise da documentação apresentada pelo aluno e, posterior, emissão de parecer.

c) Havendo deferimento, a comissão indicará os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudados pelo aluno a fim de realizar a avaliação, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.

d) Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrada ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012.** Brasília: MEC, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, sociedade e escola:** fundamentos para reflexão. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 07/1999.** Curitiba: CEE-PR, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional:** fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: SEED/ PR, 2006.

X – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o colégio e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em Agronegócio, nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

Anexar os termos de convênio firmados com empresas e outras instituições vinculadas ao curso.

XI – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico da instituição de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

XII – COORDENADOR DE CURSO:

Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.

XIII - RECURSOS MATERIAIS

a. Biblioteca: (em espaço físico adequado e relacionar os itens da bibliografia específica do curso, conter quantidade).

b. Laboratório: indicar o(s) laboratório(s) de Informática e o(s) específico(s) do curso.

c. Instalações Físicas: indicar as outras instalações da instituição de ensino, observando os espaços (iluminação, aeração, acessibilidade) e os mobiliários adequados a cada ambiente e ao desenvolvimento do curso.

d. Equipamentos: relacionar os equipamentos e materiais essenciais ao curso

XIV – RELAÇÃO DE DOCENTES

Deverão ser graduados com habilitação e qualificação específica nas disciplinas para as quais for indicado anexando documentação comprobatória.

XV – CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Certificados: Não haverá certificados no Curso Técnico em Agronegócio, considerando que não há itinerários alternativos para qualificação.

Diploma: Ao concluir o Curso Técnico em Agronegócio, conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Agronegócios, mediante a comprovação de conclusão do Ensino Médio.

XVI – CÓPIA DO REGIMENTO ESCOLAR E / OU ADENDO COM O RESPECTIVO ATO DE APROVAÇÃO DO NRE

A finalidade é constatar as normas do curso indicado no plano.

XVII – ANUÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO MANTIDO PELO PODER PÚBLICO (ATA OU DECLARAÇÃO COM ASSINATURAS DOS MEMBROS)

Ata ou declaração com assinaturas dos membros.

XVIII - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)

A instituição de ensino deverá descrever o plano de formação continuada.